



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 59/2009
Contatos: secretaria@isb.org.br

FAVELAS : REMOÇÃO E MURAÇÃO.

É antiga e inarredável a ojeriza de vasta parcela de moradores da zona sul à favela. Hoje, é certo, há o argumento grave do banditismo que proliferou nessas comunidades de acesso difícil. Mas isso é coisa dos últimos vinte anos; o horror à favela é muito mais antigo, vai aos anos quarenta, cinqüenta. A favela pode existir, eles sempre entenderam, terá mesmo de existir, já que é inevitável a pobreza, é da natureza humana a diferença de classes de vida; mas que exista longe deles, da vista deles, do olfato, da casas deles, dos locais que eles freqüentam. E, de tempos em tempos, recorrentemente, a condenação e o combate às favelas assumem através da mídia formas mais contundentes, acirrando ânimos que estão permanentemente mobilizados contra elas. Ainda agora mesmo levantam-se duas campanhas, que não são novas, que reaparecem porque estão sempre presentes em estado potencial, nas mentes desses moradores e na classe de mídia que alimenta seu pensamento: a da remoção e a da muração (o neologismo é necessário) das favelas.

A remoção já foi política oficial do governo local naqueles anos em que não havia ainda banditismo nem tráfico. Hoje está rejeitada com base no respeito aos direitos humanos que se estabeleceu definitivamente entre nós. Quem quiser menosprezar esses direitos que os classifique com a expressão pejorativa de “tabu”, que empresta uma conotação de religiosidade primitiva, atrasada. Mas o fato é que esse direito à moradia, e à moradia próxima aos locais de trabalho, é um dos reconhecidos direitos vitais essenciais do ser humano e, como tal, tem mesmo certo grau de sacralidade, e da sacralidade mais civilizada e atualizada. Então, por favor, tabu ou não, remoção de favelas, não, porque é uma tremenda violência. Realmente não, nunca mais, isso é política dos tempos em que o conceito de justiça era ainda reservado às elites, e o sentimento democrático e humanista do direito à moradia não havia ainda se consolidado no Brasil.

Entretanto, remoção de algumas moradias situadas em locais de risco de desabamento ou inundação é outra coisa diametralmente diferente, porque não só é válida como deve ser feita, é mesmo obrigatória, em nome do direito à vida, cuja ameaça muitas vezes é ignorada ou subestimada pelos próprios moradores. Assim como as moradias plantadas em áreas de preservação que atentam contra a qualidade de ambiente e de vida da população como um todo, e outras que estorvam irremediavelmente a boa urbanização da comunidade. Nesses casos é dever da autoridade executar a remoção, preservando, entretanto, o direito à moradia, com a oferta de alternativa aos moradores em local próximo, não a cinqüenta quilômetros de distância como já foi feita.

Bem, e o muro? Claro que o muro, qualquer muro concreto cercando uma comunidade, depois daqueles de Berlin, da Palestina e do México, fortemente armados, prontos a matar quem os desafie, ficou estigmatizado de maneira generalizada como uma agressão à população murada, como algo repelente à luz dos sentimentos humanistas e dos direitos de liberdade. E a atitude democrática demanda respeito a esses sentimentos. Então, por que muros de concreto ou de tijolo, ou de ferro, se há outras soluções eficazes?

Não há quem não reconheça que se deve, de todos os esforços, conter qualquer expansão da ocupação das encostas do Rio. É o desmatamento dessas encostas, a substituição da vegetação natural por cimento e asfalto, o responsável maior pelas enchentes e acidentes graves cada vez mais calamitosos que ocorrem durante as chuvas fortes que naturalmente assolam nossa bela cidade tropical (talvez também se estejam encorpando mais essas tempestades em decorrência do aquecimento global, mas aí já é outra questão).

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 59/2009
Contatos: secretaria@isb.org.br

Então há que buscar meios de conter essa ocupação; a invasão que já existe é bastante nociva. E ressalte-se que a ocupação de encostas existente não é, na sua maior parte, de favelas mas de bairros de classe média e média muito rica, em busca da tranqüilidade, do ar puro e da paisagem, como ocorre em muitas outras cidades. Pois bem, a legislação municipal já não permite mais essa expansão acima da altura de cem metros. Então, sim, é só nas favelas, onde não vale a lei municipal (nem estadual nem federal), que a expansão continua ocorrendo. Conseqüentemente, é válido, é necessário, é importante imobilizar os limites dessa ocupação já consumada.

Mas não é preciso que seja feita com muros sólidos, altos, duros, frios. Uma cerca viva de árvores, ciprestes ou de plantas floridas pode perfeitamente funcionar como limite respeitado, desde que sejam mobilizados, trabalhados, bem tratados, o interesse e o consenso da comunidade da respectiva favela. E isso não é absolutamente impossível; nem mesmo difícil hoje em dia, com o grau de conscientização que essas populações atingiram em relação à importância da preservação ambiental. Importância para suas próprias vidas, eles sabem, e para a vida da Cidade. Existe esta consciência. Mas é claro que é preciso chamá-la, mobilizá-la, dar-lhe força e confiança. É uma tarefa essencialmente política. Não sei se esse pessoal que está aí no poder local tem condições para cumpri-la. Mas a mídia, se prestasse uma atenção mínima à vida e aos interesses dessas comunidades faveladas, poderia conseguir sem muita dificuldade.

Enfim, as questões públicas têm sempre caminhos alternativos de solução que diferem segundo a visão, o sentimento, o pensamento político dos proponentes. O melhor programa de contenção de favelas, a meu juízo, é o de construção de casas populares subsidiadas, localizadas preferencialmente em terrenos próximos às grandes vias de comunicação, como propõe o engenheiro Kauffman do sindicato dos construtores. É um programa que está sendo desencadeado e, com certeza, vai dar excelentes resultados. Estes são caminhos menos elitistas, mais democráticos, que apontam até para um rumo socialista. Outros existem, claro, como esse negócio de remoção e muração das favelas; e evidentemente são frutos de mentes e estruturas políticas muito elitistas e pouco democráticas, embora ainda muito presentes na zona sul da nossa cidade e principalmente nas manchetes de alguns jornais.

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br